A economia submersa, a parte do dinheiro que nenhum dado reflete.

Quando se fala do estado de uma economia citam-se sempre as mesmas cifras: o crescimento, o emprego, o consumo, a produção... mas todas essas medições têm algo em comum, registam somente o que passa pelos canais oficiais, o que se fatura, o que se declara e o que fica anotado em algum papel. E fora disso existe uma porção de atividade económica real que nenhum organismo mede, a isso chama-se economia submersa, e o seu tamanho é maior do que as pessoas supõem.

Nas economias desenvolvidas estima-se que ronde entre 10% e 20% de tudo o que o país produz, (na minha opinião e conhecimento considero que na atualidade é muito mais), e nas economias em desenvolvimento pode passar dos 30% ou dos 40% sem problema, o que significa que quase metade do movimento económico desses países ocorre num terreno que não aparece em nenhuma estatística. Então quando se diz que num país cresceu determinada percentagem está-se a falar unicamente da parte visível, e qualquer leitura séria de uma economia tem de contar com o facto de existir uma parte que se move por baixo e que não está no dado, de modo que inclusive os dados da economia real não representam o real que vive a economia interna do país e muito menos o faz a financeira.

Esta economia submersa divide-se em duas partes que convém separar: a informal e a ilícita. A informal é a mais comum e a que não é grave de forma alguma, é atividade legítima que simplesmente não está declarada: quem vende comida na rua; quem repara uma casa e cobra em dinheiro vivo; o pequeno negócio que fatura uma parte e outra não; o trabalhador sem contrato é produção real, entrega bens e serviços reais, e as pessoas que participam nela não estão a fazer mal a ninguém diretamente. Na maioria dos casos estão a resolver a sua vida perante um sistema onde formalizar-se custa mais do que se pode pagar: encargos, trâmites, impostos e requisitos que um pequeno negócio ou projeto não suporta, pelo que a informalidade cresce justamente onde o sistema formal é mais pesado, e aí não há tanto uma decisão de evadir mas sim uma quase impossibilidade de cumprir. Esse dinheiro além disso é gasto na sua maioria de forma lícita dentro do país: em comida, renda, transporte e comércio local, sustenta famílias inteiras e em muitos lugares é o que evita que o consumo caia do todo. Mas para os governos isso é um problema, já que, ao não estar registrada essa atividade, deixa essas pessoas sem proteção, sem historial e sem acesso a nada, e deixa o estado sem receita, mas é uma atividade que produz.

A outra parte é a ilícita, e essa sim é um assunto completamente distinto, porque não produz nada, move dinheiro que vem do narcotráfico e de todas as atividades que dele derivam, e isso, embora gere movimento económico, não é riqueza, é uma transferência de dinheiro cuja origem é a destruição de pessoas. Aí não há um bem criado nem um serviço prestado, há um fluxo que nasce do dano, e a diferença da informalidade, que são pessoas a resolver a sua vida, esta parte corrompe tudo o que toca, começa no fluxo de caixa, segue nos negócios que se montan para o branquear, passa pelas instituições que se compram, pelos funcionários que se submetem, e termina a distorcer os preços do que quer que use como lavandaria: a construção, a terra, o comércio, e essa distorção é paga pelas pessoas que não têm nada a ver, nos preços que lhes sobem e num ambiente onde competir de forma

limpa se torna impossível, porque ninguém compete contra alguém que não precisa de ganhar dinheiro com o negócio e só o tem como fachada.

Esse capital além disso tem uma natureza particular, é dinheiro que não procura rentabilidade mas sim justificação, então pode pagar a mais, pode sustentar um negócio com prejuízo durante anos e pode permanecer num setor onde mais ninguém aguantaria, e essa é a razão pela qual a sua presença deforma qualquer mercado em que se instala, porque introduz um participante que joga com regras distintas das de todos os outros, além de que é dinheiro rotativo que se tirou a outros numa atividade ilegal, não é desde a sua raiz produtivo.

E chegamos ao ponto que quero desenvolver, há nações inteiras que estão sustentadas em parte por essa atividade ilícita e não pela sua produção legítima, há regiões completas onde o comércio, a construção, o transporte e boa parte do consumo dependem desse fluxo, e quando isso ocorre o país fica preso numa situação muito difícil de resolver, porque esse dinheiro, venha de onde vier, entra na economia real, gasta-se em lojas reais, paga salários reais e sustenta negócios reais que não têm qualquer relação com o crime, então forma-se uma dependência silenciosa do real sustentado pelo irreal: a padaria do bairro, quem aluga espaços comerciais, quem vende materiais, todos eles vivem de um consumo que na sua raiz está alimentado por essa atividade, e nenhum deles participa em nada, simplesmente está no circuito, e essa dependência tem um efeito adicional sobre o trabalho, porque quando uma região oferece rendimentos altos por atividades ilícitas, o trabalho produtivo perde atrativo perante elas, a agricultura, a pequena manufatura e os ofícios formais deixam de encontrar quem os sustente, porque aos olhos da população é um trabalho de 'pobres' e discriminam-no por irem pelo caminho fácil da morte e dessa forma esse território vai perdendo capacidade de produzir enquanto aumenta a sua capacidade de consumir, um desequilíbrio que se pode sustentar durante anos mas que deixa o lugar sem nada próprio sobre o qual se apoiar no dia em que esse fluxo desaparecer.

Daí sai a consequência que quero deixar clara, quando finalmente a lei entra para atacar essas raízes ilícitas, a economia real recebe o golpe, porque claramente ao desaparecer essa atividade desaparece o fluxo de dinheiro que sustentava o consumo de toda uma zona, e o que se vê depois é fecho de negócios, queda das vendas, desemprego, propriedades que perdem valor e regiões que ficam sem atividade, pessoas que nunca tiveram relação com nada ilegal a terminar na falência, a limpeza em si é necessária e correta, mas tem um custo económico imediato do qual fala o governo e por isso em muitos países se convive com a situação em vez de a resolver, não por incapacidade mas porque o ajuste que a solução provoca é mais caro politicamente do que o problema, então deixa-se correr e alimenta-se o círculo.

E convém ver também o que ocorre com esse capital quando é perseguido, porque nem sempre desaparece, muitas vezes transfere-se, muda de região ou de país, refugia-se em ativos, e quando isso acontece o território fica com a perda completa, sem a atividade ilícita e sem o consumo que ela produzia, enquanto o capital continua a existir noutra parte, isto é, o dano dessa dependência é pago por completo no local e o dinheiro raramente se perde, ou fica com os governos embora digam que não, ou seja, tudo é muito camuflado e complicado mas a economia é a que termina afetada.

Também há que entender como se conecta tudo isto com a parte financeira, porque uma economia submersa grande distorce as cifras oficiais nas duas direções, para baixo, porque o país produz mais do que reporta, e para cima, porque parte do que se reporta está inflacionada por dinheiro que não nasceu da produção, então as estatísticas desses países deixam de descrever ainda mais a sua realidade, o consumo que se vê não corresponde aos rendimentos que se declaram, a construção cresce mais do que a procura genuína justifica, e aparecem zonas com um movimento comercial que nenhum cálculo explica. Tudo isto termina a chegar ao financeiro com atraso e de forma indireta: no crédito, na banca, na habitação e na taxa de câmbio, e aí vê-se a cadeia completa, uma parte do sistema que não se mede a afetar a parte que se mede, com a financeira a refletir no final uma realidade que já vinha deformada desde a sua origem, e isto tem uma implicação prática sobre as decisões desses países, porque toda a sua política económica se desenha sobre as cifras registadas, decide-se sobre impostos, sobre despesa e sobre crédito a olhar para números que deixam de fora uma porção do movimento real, e quando essa porção é grande as medidas aplicam-se sobre uma economia que não é a que existe, produzindo resultados que depois ninguém consegue explicar com os modelos tradicionais, então já se pode imaginar se a financeira está descorrelacionada de uma economia real incompleta que não tem o submerso totalmente contabilizado já podemos imaginar o quão verdadeiramente grande é essa descorrelação.

Tudo isto além disso deixa uma carga sobre quem está dentro do sistema, porque o dinheiro que circula sem registo não contribui nada para a receita, e esse peso transfere-se íntegro para quem está formalizado, de modo que quem trabalha a declarar termina a sustentar a despesa pública de um país onde uma parte considerável da atividade não contribui, e esse desequilíbrio empurra mais pessoas para a informalidade, porque quanto mais pesada se torna a carga para quem cumpre, mais razões tem quem ainda não entrou para ficar de fora, e assim o problema retroalimenta-se e a base formal estreita-se em vez de crescer, enquanto o país continua a tomar decisões com dados que representam cada vez menos pessoas, e praticamente ninguém vai querer sustentar o que outros não sustentam por mais que a lei o dite.

Fica então a economia submersa explicada por alto, que é essa porção que não entra em nenhum dado, com a sua parte informal, que é atividade real de pessoas perante um sistema complicado e cheio de burocracias, e a sua parte ilícita, que não cria riqueza mas sim transfere dinheiro produto do dano, corrompendo o que toca e formando dependências que depois a lei não pode atacar sem golpear inocentes, e com tudo isso presente, qualquer leitura de uma economia baseada somente em cifras oficiais fica incompleta, porque há uma parte do movimento de um país que ocorre onde ninguém mede, e essa parte também decide o que ocorre na superfície. Reajam bastante para continuar a trazer pdf's e obrigado pelo apoio.